

Com recorde de eleitos em primeiro turno, direita avança nos Executivos estaduais

Foram 20 nomes definidos já na rodada inicial; PL de Bolsonaro garante cinco nomes

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

05/10/2026 05h00 · Atualizado há um dia

Foram eleitos em primeiro turno um total de 20 governadores, com varrida pelos partidos de direita e derrota de candidatos mais ligados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Partido Liberal (PL) de Flávio Bolsonaro garantiu já na primeira rodada governadores em cinco Estados, mas ainda pode levar o governo do Rio de Janeiro. A sigla saiu vitoriosa em todos os três Estados da região Sul - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de Rondônia e Roraima.

No Estado do Rio de Janeiro, a apuração indica que o PL disputará o segundo turno com Douglas Ruas contra Eduardo Paes (PSD). Mas uma nova ida às urnas depende de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a candidatura de Anthony Garotinho (Republicanos). Caso a candidatura seja anulada, os votos em Garotinho serão declarados nulos e Ruas passaria a ter mais de 50% dos votos no primeiro turno, o que daria ao PL o sexto governador eleito no primeiro round das eleições.

O Republicanos levou os dois principais colégios eleitorais do país, com Tarcísio de Freitas em São Paulo e Cleitinho Azevedo em Minas Gerais, além de Otaviano Pivetta no Mato Grosso.

O Partido Social Democrático (PSD), liderado nacionalmente por Gilberto Kassab, derrotou candidatos mais identificados com Lula em Pernambuco e Maranhão, além de eleger o mandatário no Amapá. Em Pernambuco a sigla elegeu Raquel Lyra e, no Maranhão, Eduardo Braide. O governador eleito em primeiro turno em Sergipe, Fábio Mitidieri, também está na sigla, mas sua campanha contou com apoio de Lula.

O Podemos (Pode) garantiu governador no Pará e o Progressistas (PP), no Mato Grosso do Sul, confirmou o primeiro governador eleito no primeiro turno de 2026, batendo o candidato do PT. O PP também elegeu governador na Paraíba, mas com apoio de Lula.

O PT conseguiu vitória para apenas três governadores, nos Estados da Bahia, Ceará e Piauí. Em Alagoas, Renan Filho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do grupo ligado a Lula, foi derrotado por JHC, candidato do PSDB.

As duas dezenas de governadores definidos em primeiro turno representam recorde histórico no número de eleitos já na primeira rodada. Em 2010, pico anterior, foram eleitos 18 mandatários na primeira ida às urnas. No ano passado foram 15.

Foram reeleitos 11 governadores em primeiro turno, considerando tanto os que saíram vitoriosos em 2022 e os que assumiram este ano, após o desligamento dos titulares, que foram disputar outros cargos. Conseguiram o segundo mandato os atuais governadores de Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Além das reconduções nesses Estados, também foram definidos os novos governadores a partir de 2027 de Amapá, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e Rondônia. Os Estados que ficaram para ser definidos no segundo turno foram Acre, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins.

O primeiro governador a ser definido como vitorioso foi um dos reeleitos, Eduardo Riedel (PP), com 67,1% dos votos válidos. Ele deixou para trás o petista Fábio Trad, com 23,7% dos votos.

As eleições deste domingo definiram os governadores dos dois maiores colégios eleitorais do país: São Paulo e Minas Gerais somam mais de 50 milhões do total de 158,7 milhões de eleitores do país aptos a votar, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em São Paulo, Tarcísio Freitas (Republicanos) continua no cargo de governador, com ampla vitória dada por 62,7% dos votos em primeiro turno. O ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) ficou para trás, com 36,4%. É a segunda vez que Freitas derrota Haddad. Em 2022, porém, o pleito foi vencido pelo candidato do Republicanos no segundo turno.

Em Minas Gerais, segundo maior Estado em número de eleitores, o governo ficou com Cleitinho Azevedo (Republicanos), com 55,4% dos votos válidos. O segundo mais votado por Patrus Ananias (PT), com 26,3%.

Os resultados dos pleitos no país mostram que, mesmo nos casos em que os governadores eleitos em 2022 detinham alto grau de aprovação, a transferência de votos não foi automática, diz o cientista político Rafael Cortez, sócio da Tendências Consultoria. Em 2022 foram reeleitos 18 governadores. A tendência de continuidade segue, diz ele, ainda que seja no mesmo grupo político, mas não necessariamente da mesma candidatura.

Mas há casos específicos, menciona, como o do Paraná, em que o governador Ratinho Júnior (PSD) teve uma taxa elevadíssima de aprovação, mas não se traduziu automaticamente em votos para a candidatura de Sandro Alex (PSD) que foi eleito como vice-governador em 2022. O primeiro turno no Paraná foi definido a favor de Sergio Moro, que venceu pelo PL com 50,1% dos votos válidos. Alex teve 25,4%.

A reeleição na região Sul foi garantida, pela mesma sigla, por Jorginho Mello, em Santa Catarina, que deixou para trás Gelson Merísio, candidato pelo PSB.

Em alguns locais, diz Cortez, a reeleição enfrentou nomes consolidados. Em Pernambuco, por exemplo, Raquel Lyra garantiu ontem a recondução com 53,3% dos votos. Seu oponente foi João Campos (PSB), filho do ex-governador do Estado, Eduardo Campos, e bisneto de Miguel Arraes. João Campos foi eleito prefeito de Recife em 2021, se reelegeu em 2024 e se descompatibilizou este ano para disputar o governo. No Ceará, o petista Elmano de Freitas (PT) também se reelegeu após enfrentar Ciro Gomes (PSDB), nome conhecido local e nacionalmente. Na Bahia, a reeleição de Jerônimo Rodrigues (PT) teve como oponente maior ACM Neto (União).

Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), diz que a situação dos Estados é heterogênea, mas de alguma forma a evolução de receitas favoreceu os incumbentes em parte dos Estados. O cenário de superávits financeiros e o acesso a linhas de crédito possibilitou aos governos acelerar obras que serviram como vitrine de campanhas eleitorais.

Dados levantados pela Aequus Consultoria mostra que as despesas liquidadas com investimentos no primeiro semestre de 2026 alcançaram R\$ 42,9 bilhões, com alta real, já descontada a inflação, de 40,6% ante igual período de 2025 e 13,9% acima do atingido em iguais meses de 2022, que até então registrava o pico histórico desse gastos.

O nível elevado de investimentos, diz Pires, contribuiu para o alto índice de aprovação dos governadores em vários Estados.

Condições mais favoráveis de orçamento, afirma Cortez, sempre tendem a favorecer o incumbente, o governador, mas há também o impacto das emendas parlamentares, tanto individuais como as de bancada, em “volumes que continuam expressivos”. A “elite política, o status quo”, aponta, tem atualmente mais acesso a ferramentas que favorecem a reeleição. Isso, explica, tem conexão com as prefeituras, também importantes para a estrutura política que sustenta a eleição dos governadores.

Para Pires, a incerteza, do ponto de vista das contas públicas, fica para os governadores eleitos neste ano, seja em primeiro ou segundo turnos.

Levantamento do **Valor** mostra que, pela estimativa dos governos estaduais nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), o resultado primário agregado dos 26 Estados e Distrito Federal deve ser este ano de déficit de R\$ 36,9 bilhões, ante saldo negativo de apenas R\$ 90 milhões em 2025.

Para Pires, os dados mostram que é remota a possibilidade de os Estados contribuírem de forma positiva para o resultado primário do governo geral em 2026 e também em 2027. Ele lembra, porém, que hoje há um sistema que atua para financiar despesas e não para fazer resultado primário. Além disso, aponta, cada Estado tem suas próprias demandas e prioridades. Ele defende que os governos subnacionais sejam contemplados em um plano de ação coordenado pela União para promover consolidação fiscal a partir de 2027. O plano, diz, poderia instituir mecanismos que estimulem poupança e formação de resultado primário dos governos regionais.